

**Integração dos Organismos de Bacia para
a Gestão de Recursos Hídricos
na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul**

RELATÓRIO DA OFICINA DE TRABALHO

Rio de Janeiro, novembro de 2005

Sumário

1. OBJETIVO.....	3
2. PÚBLICO-ALVO E PRESENTES À OFICINA.....	3
SIGLA/NOME DA ENTIDADE	3
3. LOCAL.....	4
4. PERÍODO.....	4
5. PROGRAMAÇÃO	4
5.1. Abertura da Oficina dia 25 de outubro de 2005 – 20h30min.....	4
5.2. Programação.....	5
5.3. Integração dos participantes	5
5.4. Apresentações Temáticas	6
5.5. Dinâmica de integração.....	7
5.6. Trabalho em grupos.....	8
5.7. Apresentação dos grupos e debates	8
5.7.1. Tema 1. Criação de comitês em todas as sub-bacias.....	8
5.7.2. Tema 2. Como integrar o CEIVAP com os comitês de sub-bacias.....	10
5.7.3. Tema 3.O plenário do CEIVAP deveria ter representação das sub-bacias? Como?	11
5.7.4. Tema 4. O processo eleitoral do CEIVAP pode ser integrado com os demais Comitês? Como fazer isto?.....	12
5.7.5. Tema 5. Como integrar o Plano do CEIVAP com aqueles das sub-bacias?	13
5.8. Consolidação e encaminhamentos.....	14
6. Avaliação.....	15
7. Coordenação da Oficina	16
ANEXO 1 – Relação dos participantes	17
ANEXO 2 - Transcrição das respostas à pergunta sobre o entendimento da palavra Integração	19
ANEXO 3 - Transcrição das ações propostas pelos grupos.....	21
ANEXO 4 - Relação dos membros do Grupo Provisório de Articulação Institucional.....	24
ANEXO 5 - Transcrição da avaliação da Oficina feita pelos participantes	25
ANEXO 6 - Caracterização das Regiões Hidrográficas.....	29

1. OBJETIVO

Estabelecer estratégias para integrar a gestão do CEIVAP com a gestão dos demais comitês e organismos de bacia.

2. PÚBLICO-ALVO E PRESENTES À OFICINA

A seguir identificação das entidades presentes à Oficina, nome dos respectivos representantes e estado(s) representado(s).

SIGLA/NOME DA ENTIDADE	NOME DOS REPRESENTANTES	Estado
CEIVAP Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul	Maria Aparecida B. P. Vargas Vera Lúcia Teixeira Paulo César O Moreno	MG/RJ/SP
CBH –PS Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul	Benedito Jorge dos Reis Edilson P. Andrade Paula Guimarães de Souza Rutnei Morato Erica	SP
UPS1 Comissão Pró-Comitê PS1	Paulo Valverde Ricardo Aguir da Silva Ricardo S. Pinto Silva	MG
UPS2 Comissão Pró-Comitê PS2	Cláudio Luiz Dias Amaral Humberto Ferreira de Oliveira Larissa Marinho Castro Nayra Cristina Garcia Ferreira	MG
Guandu -Comitê Guandu	Fredrich Wilhem Herms Vera Saboya	RJ
BNG2 Consorcio Intermunicipal para Recuperação Ambiental das Bacias dos Rios Bengala, Negro, Grande e Dois Rios	Antonio Marcos Rizzeto Fátima Casarin Fernando Cavalcante Wagner Pinto -CAENF	RJ
AMPAS Associação de Usuários das Águas do Médio Paraíba	Ana Cláudia E A Zamboti -PMVR Anderson M. Dutra Letícia B. Baptista Renine César de Oliveira Valdeci da Costa Bandeira	RJ
PIABANHA Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piabanha e Sub-Bacias Hidrografias dos Rios Paquequer e Preto	Frederico Barbosa Martins José Carlos Lemgruber Porto Julieta Laudelina de Paiva Paulo Sergio Oliveira de Souza Leite	RJ
GT - Foz Consórcio de Municípios e de Usuários da Bacia do Rio Paraíba do Sul para Gestão Ambiental da Unidade Foz	Alan Carlos Vieira Vargas Paulo Jorge Xavier de Souza	RJ
ANA - Agência Nacional de Águas	Cláudio Pereira Ivan Laerte Fett Laydner Regina Irene Passos de Freitas Rosana Garjulli Wilde Cardoso Gontijo Junior	UNIÃO
DAEE - Órgão gestor estadual	Edilson P. Andrade CBH-PS	SP
IGAM - Órgão gestor estadual	Heloise Brant Marília Melo	MG
SERLA Órgão gestor estadual	Marilene Ramos Suzana Claudia Monteiro de Barros	RJ
AGEVAP “Agência de Água da Bacia do rio Paraíba do Sul”	João Jerônimo Sandra Regina Araújo Costa	MG/RJ/SP

Estiveram, também, presentes Cláudia Santiago, da Fundação Getulio Vargas; Gabriel Caetano da UERJ; e Hélvio Braz Mattos de Noronha, da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Canta Galo. No Anexo 1, relação dos convidados e presentes à Oficina.

3. LOCAL

Hotel Bucsky - Estrada. Rio-Friburgo, km 76
Ponte Saudade - Nova Friburgo - RJ - CEP: 28615-160

4. PERÍODO

25 a 27 de outubro de 2005

5. PROGRAMAÇÃO

5.1. Abertura da Oficina dia 25 de outubro de 2005 – 20h30min

Wilde Cardoso Gontijo Júnior, Coordenador Geral do Evento, abriu a Oficina ressaltando que sua realização foi proposta pelas entidades executivas partícipes do Convênio de Integração para a Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – ANA, CEIVAP, AGEVAP, DAEE, SERLA e IGAM- com o objetivo de dar seqüência ao Plano de Trabalho deste instrumento, buscando inicialmente a ampliação da articulação institucional na Bacia.

A proposta em estudo, do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio de Integração, previa em seu novo Plano de Trabalho a execução dessa Oficina, destinada a reunir os atores que representam os organismos da bacia do Rio Paraíba do Sul, de forma a possibilitar sua participação integrada com o CEIVAP na gestão da bacia.

Em seguida, **Manoel Ottoni Neiva, Vice-Presidente do CEIVAP**, também representante do segmento de usuários por Minas Gerais, comentou as mudanças observadas por ele no âmbito do CEIVAP. A ANA- Agência Nacional de Águas, tem adotado uma postura menos impositiva e mais de negociação o que possibilitará a construção de uma melhor gestão. Hoje, a ANA é um órgão capaz de harmonizar, dar rumos e fazer crescer a integração. No CEIVAP faz-se necessário fortalecer e prestigiar os trabalhos de análise das Câmaras Técnicas, cabendo a Plenária aprovar ou não aprovar os encaminhamentos, ao invés de questionar todo o processo. Há necessidade de rever o regimento interno do CEIVAP.

João Jerônimo Monticelli, Diretor da AGEVAP, disse que a cobrança é uma realidade na Bacia do Paraíba do Sul, no entanto, a questão é como aplicar os recursos de modo a gastar bem, visto que o Plano de Bacia não indica ações específicas. Mostrou-se a favor de uma maior participação dos comitês de bacias da região do Paraíba do Sul como forma de conhecer e respeitar as diferenças regionais. Mencionou que a velocidade e capacidade de cada organização local devem ser respeitadas. Acrescentou que a integração se faz com a ajuda das pessoas e não com um papel de intenções.

Maria Aparecida Vargas, Secretária Executiva do CEIVAP, abriu mão da palavra, deixando para se pronunciar durante os trabalhos, uma vez que tanto o CEIVAP quanto a AGEVAP já estavam devidamente representados na abertura pela fala do Vice-presidente do CEIVAP e pelo Diretor da AGEVAP.

Finalizando essa sessão, **Susana Feichas**, Coordenadora Pedagógica da Oficina, apresentou a programação e a dinâmica dos dois dias de trabalhos, enfatizando a necessidade de disciplina com relação ao cumprimento dos horários e à realização das tarefas propostas, de modo que o objetivo primordial de definir ações para a integração pudesse ser alcançado. Foi lembrado que para integrar é necessário encontrar algo que seja comum a todos. No caso, o objetivo da gestão de recursos hídricos na bacia - obtenção de água de melhor qualidade e volume para toda a região - parece ser o ponto comum.

5.2. Programação

Dia	Horário	Atividade
26 de outubro de 2005 4ª feira	8h às 9h	Apresentação e Integração dos participantes
	9h às 11h45min	Apresentações temáticas
	11h45 min às 12h	Formação dos grupos e apresentação da dinâmica dos trabalhos
	12h às 14h	Almoço
	14 às 19h	Oficinas de trabalho
	21h	Jantar
		Atividade social
27 de outubro de 2005 5ª. feira	8h às 8h5min	Orientação sobre a dinâmica para as apresentações dos subgrupos em Plenário
	8:15 às 9 h	Conclusão dos trabalhos dos subgrupos
	9 às 11h	Apresentação dos subgrupos em Plenário
	11h às 12h	Debate em Plenário
	12h às 13h30min	Almoço
	13h30min às 15h 30min	Debate em Plenário para definição de ações e estratégias – Encaminhamentos
	15h30min às 16h	Avaliação da Oficina
	16h	Término dos Trabalhos

5.3. Integração dos participantes

Foi solicitado que cada participante refletisse e escrevesse seu entendimento sobre: **“Integração dos organismos de bacia para a gestão dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul”** e sintetiza-se seu pensamento em uma ou duas palavras.

A dinâmica propiciou embaralhar as respostas. Cada participante, então, se apresentava e lia a resposta do colega.

A palavras que mais se repetiram foram UNIÃO, PARTICIPAÇÃO, INTER-RELAÇÃO, ARTICULAÇÃO, UNIDADE, REDE, passando a idéia da necessidade de pensar a bacia no seu todo e em conjunto.

Outras frases focaram mais os objetivos da integração, como DIALOGAR PARA RESOLVER, BUSCAR OBJETIVOS COMUNS, OTIMIZAR ESFORÇOS, PRESERVAR E SOBREVIVER.

Num terceiro agrupamento, destacaram-se palavras que indicam uma atitude diante do processo de integração, como DIÁLOGO, COMPARTILHAR, ENTENDIMENTO, NEGOCIAÇÃO, RESPEITO.

No Anexo 2 encontra-se a transcrição das respostas formuladas.

Como síntese foi chamada atenção que num processo de integração há que se buscar objetivos comuns para que possa haver consenso/foco. Que a palavra SISTEMA denota inter-relação, necessidade de pensar o todo e ver as especificidades das partes, o que significa que ao tomar decisões numa parte da bacia tem que se analisar os desdobramentos nas outras partes e no todo e vice-versa.

A gestão de bacia hidrográfica é uma responsabilidade a ser compartilhada pelos atores sociais, não só de municípios que representam o poder público, mas também dos segmentos empresarial, da sociedade civil organizada e da comunidade.

5.4. Apresentações Temáticas

Foi constituída uma mesa formada por um representante de cada órgão outorgante na bacia: Marilene Ramos, SERLA-RJ; Heloise Brant, IGAM-MG; e Edilson de Paula Andrade, DAEE-SP, coordenada por Wilde Gontijo, da ANA.

O objetivo das apresentações foi equalizar conhecimentos de todos os participantes relativos a instrumentos legais e práticas diferenciadas existentes ao longo da bacia, principalmente aquelas referentes à constituição e funcionamento dos comitês.

Através da projeção de slides, cujo conteúdo estava reproduzido no material impresso distribuído aos participantes, cada componente da mesa expôs a realidade e peculiaridade do seu Estado, esclarecendo pontos e respondendo a perguntas dos participantes.

Os temas das exposições foram:

- A situação da gestão dos recursos hídricos no âmbito da bacia

O mapa da bacia evidenciou a divisão territorial existente hoje. Já a tabela 1, relativa aos organismos de bacia pôde ser atualizada pelos respectivos representantes.

- O processo de criação dos comitês

No geral, o processo de criação de comitês previsto nas legislações da bacia é bastante parecido. O comitê surge da mobilização da comunidade da região; constituição de uma Comissão Pró-Comitê; apoio formal dos diferentes segmentos; apresentação da documentação aos respectivos conselhos estaduais ou federal de recursos hídricos; análise, aprovação ou não; criação através de decreto assinado pela autoridade governamental; definição de uma comissão de instalação ou diretoria provisória e apoio do órgão gestor para instalação, para que se proceda a eleição e posse da diretoria. O processo eleitoral dá-se pela divulgação da aprovação do comitê na bacia, inscrição de entidades interessadas, habilitação das entidades, escolha/eleição dos membros, posse dos membros e eleição da diretoria.

O Estado de São Paulo estabeleceu os limites de cada bacia hidrográfica, a partir das quais foram se constituindo os comitês. Já, nos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais a constituição dos comitês deu-se de forma espontânea, a partir da mobilização da sociedade, havendo, recentemente, uma redefinição por parte do governo desses Estados da área geográfica e limites das bacias hidrográficas sob sua dominialidade.

Foi enfatizado que deve haver um acompanhamento dos trabalhos dos comitês para que possa se avaliar aqueles que efetivamente estão instalados e funcionando.

- Regimentos internos, composição dos comitês, atribuições e processo eleitoral

Neste item o que chamou atenção foi a distribuição da representação nos comitês e a sua composição diferenciada, com repercussões sobre a proporcionalidade dos segmentos. Por exemplo: sociedade civil na legislação paulista engloba usuários e sociedade civil organizada, diferentemente do que acontece no Rio de Janeiro, Minas Gerais e no próprio CEIVAP.

- Legislações Federal e Estaduais sobre comitês e inter-relações

Neste tema buscou-se chamar atenção para as referências que as legislações federal e estaduais fazem à integração, constatando que os textos em sua maioria abordam a integração dos planos de bacia.

- Os dados estatísticos relativos à caracterização das regiões hidrográficas apresentaram alguns números diferentes daqueles trazidos pelos representantes das bacias, seja em função da área geográfica considerada ou em função da fonte de consulta. As diferenças, no entanto, em valores relativos, não implicaram em distorções passíveis de inviabilizar a análise dos dados.

As apresentações foram mais longas do que o previsto, razão pela qual o quinto tema foi exposto na parte da tarde, após o almoço.

- Planos de Bacias – priorização e aplicação de recursos.

Foram apresentados os documentos e os itens que constam do Plano de Recursos Hídricos aprovado pelo CEIVAP, dando indicação de onde podem e devem ser consultados de forma que se possa proceder à revisão dos mesmos, visando à atualização e complementação do Plano.

5.5. Dinâmica de integração

A dinâmica aplicada teve por objetivo que os participantes vivenciassem uma situação onde a colaboração, o surgimento de uma liderança, a busca de outras formas alternativas de comunicação e a confiança no outro, fossem necessárias para realizar a tarefa solicitada.

Dez participantes, voluntários, em conjunto, tiveram que cumprir uma determinada tarefa, claramente definida. No segundo momento, metade dos participantes, do mesmo grupo, teve seus olhos vendados. Estes podiam falar, os demais não. A tarefa consistia em alcançar o mesmo objetivo.

5.6. Trabalho em grupos

Solicitou-se a formação de grupos com cinco a seis participantes cada um, com a recomendação de que não houvesse no mesmo grupo representantes da mesma sub-bacia. Ao todo se constituíram seis grupos de seis membros cada um.

A tarefa de cada grupo era discutir os temas apresentados em roteiros diferentes, identificando pontos que ajudam e atrapalham a integração e, principalmente, indicando e registrando, por escrito, ações que possibilitem a integração dos organismos de bacia no âmbito da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.

Os temas dos roteiros foram:

- A criação de comitês em todas as sub-bacias ajuda ou atrapalha a gestão?;
- Como integrar o CEIVAP com os comitês de sub-bacias?;
- O Plenário do CEIVAP deveria ter representação das sub-bacias?;
- O processo eleitoral do CEIVAP pode ser integrado com os demais comitês?;
- Como integrar o Plano do CEIVAP com aqueles das sub-bacias?;

Foi estipulado um tempo médio para o preenchimento de cada roteiro e através do acompanhamento do andamento dos trabalhos estes foram preenchidos no tempo previsto.

Visando a participação ativa de todos, uma nova formação de grupos foi proposta a partir do número distribuído aleatoriamente a cada participantes. Constituíram-se seis grupos formados por um ou dois membro de cada um dos grupos anteriores.

A tarefa consistiu em apresentar os resultados do grupo de origem, discutir as ações e definir propostas de consenso para cada um dos temas, sempre que este fosse possível. As ações propostas foram registradas em cartões, apresentados no dia seguinte.

5.7. Apresentação dos grupos e debates

Cada grupo apresentou o resultado das ações por tema (consultar Anexo 3). Após cada apresentação os membros do grupo complementaram a resposta e os demais puderam pedir esclarecimentos. Ao término das apresentações foi aberto debate a partir de inscrição.

5.7.1. Tema 1. Criação de comitês em todas as sub-bacias

A seguir transcrição das ações propostas pelos grupos.

Grupo 1.	<p>Nada atrapalha se for respeitada a bacia como unidade de gestão.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rever critérios das áreas dos comitês. • Descentralizar, para facilitar a identificação de problemas locais. • Mobilização local. • Legítima a gestão
Grupo 2.	<ul style="list-style-type: none"> • Fazer com que o fórum CEIVAP seja representativo do somatório dos fóruns dos comitês estaduais • Delimitar competências entre os comitês federais e os estaduais da bacia. • Equacionar os conflitos de competências existentes entre os comitês federais. • Operacionalização do fluxo de informações. • Estrutura mínima e sustentação política institucional para criação dos comitês.
Grupo 3.	<ul style="list-style-type: none"> • Criar um canal de comunicação para conhecer os diagnósticos locais
Grupo 4.	<ul style="list-style-type: none"> • Dividir a sub-bacias evitando a sobreposição das áreas de atuação. • Integração dos entes de bacia e o CEIVAP
Grupo 5.	<ul style="list-style-type: none"> • Traçar objetivos comuns para a recuperação do Paraíba do Sul.
Grupo 6.	<ul style="list-style-type: none"> • Integração dos órgãos gestores com o CEIVAP minimizando os interesses políticos e não perdendo a bacia como unidade de gestão. • Criar uma operacionalização do fluxo de informações dos comitês.

Das propostas apresentadas puderam ser agrupadas em criação de uma instância de integração, melhoria no fluxo de informação e revisão da jurisdição/área geográfica de cada comitê, conforme detalhado a seguir.

- A instância de integração passa pela criação de um fórum permanente ou mesmo presença de representantes das sub-bacias no CEIVAP.
- Com relação ao fluxo de informações há dois entendimentos. Um voltado para o acesso à informação no nível institucional para acompanhar os trabalhos dos comitês. E, outra relativa a um fluxo de comunicação ascendente de modo que as realidades locais possam ser conhecidas através de canais de comunicação estabelecidos. Na apresentação oral foi colocado que as informações têm fluído em virtude de conhecimento pessoal entre os membros dos comitês e do nível de interesse de cada um em buscá-las. Não há um sistema formal onde, por exemplo, se possa ter acesso às atas de reuniões.
- Revisão da área geográfica de atuação de cada comitê, de modo a evitar superposição de ações e competências ou promover o processo de descentralização e de mobilização. Idéias presentes nas ações: rever critérios das áreas dos comitês; descentralizar, para facilitar a identificação de problemas locais; mobilização local; delimitar competências entre os comitês em rios de domínio da União e de domínio estaduais da bacia; equacionar os conflitos de competências existentes entre os comitês em rios de domínio da União; e dividir as sub-bacias evitando a sobreposição das áreas de atuação.

Nas discussões sobre o tema se ressaltaram os pontos abaixo.

- Necessidade de vontade e de apoio local para que o comitê possa ter continuidade.

- A mobilização e o apoio dos diferentes segmentos devem ser condição para a criação de comitês.
- Criação de indicadores, no âmbito do CEIVAP e/ou dos Conselhos para monitorar o trabalho dos comitês, de modo que eles não sejam realidade somente no papel.
- Fortalecimento dos comitês e promoção da troca de informações. O fórum poderia ser esta instância de troca de informações.
- Revisão dos limites de algumas bacias. Foram citados os casos de rios que passam em dois estados para os quais estão previstos dois comitês, um para cada margem do rio, atendendo a legislação do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Essa discussão mostrou-se bastante polêmica para a qual não foi encontrada solução no âmbito da Oficina. De um lado, a proposta da criação de comitês em rios de domínio da União para rios de dominialidade de mais de um estado, de outro lado, a observância à divisão territorial estabelecida que visa garantir a participação dos órgãos gestores e a sustentabilidade do comitê. Foi ressaltada a importância dos organismos já instituídos mas também a necessidade de uma revisão neste cenário diante da realidade atual.

5.7.2. Tema 2. Como integrar o CEIVAP com os comitês de sub-bacias.

Transcrição das ações propostas pelos grupos

Grupo 1.	<ul style="list-style-type: none"> • Participação dos comitês de sub-bacias nas Câmaras Técnicas – CEIVAP • Fórum Permanente. Garantir a participação no CEIVAP
Grupo 2.	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar eventos de discussão dando espaço para experiências locais • Reestruturar a Câmara Técnica Institucional, incorporando o tema de articulação institucional com representação dos organismos estaduais • Participação dos membros das sub-bacias nas Câmaras Técnicas e no Plenário do CEIVAP.
Grupo 3.	<ul style="list-style-type: none"> • Criar um fomentador que incentive a articulação • Criação de um Fórum Permanente de Integração do CEIVAP/sub-bacias.
Grupo 4.	<ul style="list-style-type: none"> • Instituir uma comissão de integração permanente com objetivo de padronizar • Assumir o papel integrador dos diversos organismos institucionalizados na bacia , em detrimento da posição de instância federal superior. • Procedimentos de troca de informações.
Grupo 5.	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de uma Câmara Técnica de Articulação Institucional • Fórum Anual • Participação nas Câmaras Técnicas do CEIVAP • Integrar por meio do Plano
Grupo 6.	<ul style="list-style-type: none"> • Assumir o papel de integrador dos diversos organismos institucionais na bacia, em detrimento da posição de instância superior • Criar uma Câmara Técnica de Articulação, sendo que os membros serão dos CBH's estaduais.

A tônica das ações propostas para este item foram no sentido do CEIVAP assumir seu papel de integrador, de maior participação dos comitês de sub-bacias no CEIVAP e de criar uma unidade de integração, seja Câmara Técnica de Articulação ou Fórum.

As discussões apontaram na mesma direção, conforme segue.

- O CEIVAP deveria assumir seu papel de integrador, rever sua identidade e atribuições. Foi lembrado que por lei este tem como atribuição articular/integrar os atores da bacia mas também operacionalizar ações.
- A integração é importante, no entanto, precisa-se definir como isto se dará e qual a vinculação entre os organismos de bacia. Há, portanto, necessidade de propor medidas concretas aos conselhos para operacionalizar a integração.
- Foi sugerido pensar na proposta de uma Federação de Comitês, o que exigiria mudança na legislação.

5.7.3. Tema 3.O plenário do CEIVAP deveria ter representação das sub-bacias? Como?

A seguir, transcrição das ações propostas pelos grupos.

Grupo 1.	<ul style="list-style-type: none"> • Os comitês devem se organizar, se articular para fazerem parte das Câmaras Técnicas e Plenária • Integração do regimento interno CEIVAP com os regimentos dos comitês.
Grupo 2.	<ul style="list-style-type: none"> • As vagas do CEIVAP deverão ser preenchidas <u>preferencialmente</u> por membros dos comitês estaduais
Grupo 3.	<ul style="list-style-type: none"> • Os comitês de sub-bacia elegeriam representante que teria acento no CEIVAP
Grupo 4.	<ul style="list-style-type: none"> • Representação de cada comitê de sub-bacia porém o voto será único por Estado • Reconsiderar a participação dos Estados, Municípios, Usuários e Sociedade Civil pela representação das sub-bacias, em igual número por Estado e eliminando a duplicidade de representação.
Grupo 5.	<ul style="list-style-type: none"> • O plenário deverá ter representantes dos organismos de bacia.
Grupo 6.	<ul style="list-style-type: none"> • Sim. Através de uma representação por Estado definida pelos CBH's estaduais

A propostas apresentadas convergiram para a participação de representantes dos comitês de sub-bacias no CEIVAP. Várias sugestões foram apresentadas com relação à escolha destes representantes, mas não se chegou a debater o tema, de modo a consensar um ponto de vista.

A seguir síntese das sugestões apresentadas oralmente:

- O representante do segmento usuário no comitê estadual, por exemplo, teria preferência ao concorrer a uma vaga no CEIVAP;

- Cada Estado escolheria um representante das sub-bacias, por segmento, para uma vaga do CEIVAP, enquanto não aumentasse o número de vagas nessa plenária;
- Cada Estado teria um representante no CEIVAP, membro de comitê de sub-bacia. Minas Gerais e Rio de Janeiro que tem 2 comitês e 5 comitês respectivamente deveriam indicar um representante; e
- Criação de três vagas na Plenária do CEIVAP.

Nas discussões foram citados outros pontos relativos à representação.

- O processo eleitoral para escolha de membros dos comitês é uma conquista política.
- Hoje, há pessoas que não estão familiarizadas com o tema gestão das águas e são representantes no CEIVAP, estas pessoas deveriam participar primeiramente dos comitês de sub-bacias. Primeira porta para participar do CEIVAP.
- O representante do Guandu não vê como participar da Plenária, mantida a proporcionalidade existente hoje no CEIVAP. No entanto, uma leitura da legislação indica que sua participação é possível.
- O membro de um Comitê deve ser representante de um segmento. Hoje, as pessoas/instituições que participam das Câmaras Técnicas do CEIVAP não são as mesmas presentes na Plenária, visto que houve uma acomodação na composição, de forma que todos os candidatos participassem (como membro do CBH ou nas Câmaras Técnicas) e, assim, as vagas fossem preenchidas.
- A Câmara Institucional do CEIVAP deveria acompanhar a participação dos membros eleitos nos diferentes fóruns.
- Perpassam dúvidas sobre o que a legislação vigente permite e não permite. Exemplo, membro de comitê de sub-bacia pode participar de Câmara Técnica com direito a voto?

Como síntese destacam-se:

- A remodelação da composição do Plenário do CEIVAP é fundamental para promover a integração, com ou sem mudança de regimento interno; e
- O papel de representante de um segmento ou área geográfica precisa ser entendido como porta-voz, elo de ligação entre o grupo que representa e o fórum do qual faz parte, levando e transmitindo informações e decisões. Faz-se necessário praticar a representatividade.

5.7.4. Tema 4. O processo eleitoral do CEIVAP pode ser integrado com os demais Comitês? Como fazer isto?

Transcrição das ações propostas pelos grupos.

Grupo 1.	Não houve consenso. <ul style="list-style-type: none"> • Sim, pode ser feito • Sim, mas não é o momento (diversidade dos processos)
Grupo 2.	<ul style="list-style-type: none"> • Buscar a representação concomitante da entidade nos comitês estaduais e federal
Grupo 3.	<ul style="list-style-type: none"> • Buscar a integração para que no futuro eles sejam próximos.
Grupo 4.	<ul style="list-style-type: none"> • Dúvida quanto a compatibilizar ou não os calendários.
Grupo 5.	<ul style="list-style-type: none"> • Durante um fórum de comitês de sub-bacias haveria a indicação dos representantes do Estado no CEIVAP.
Grupo 6.	<ul style="list-style-type: none"> • Não nesse momento, precisamos amadurecer mais.

Este tema não suscitou debates. As apresentações indicaram que os organismos de bacia hoje se encontram em diferentes estágios de constituição e instalação não sendo, portanto, o momento para propor mudanças no processo eleitoral.

5.7.5. Tema 5. Como integrar o Plano do CEIVAP com aqueles das sub-bacias?

Transcrição das ações propostas pelos grupos.

Grupo 1.	<ul style="list-style-type: none"> • Os comitês de sub-bacias fariam planos aprovados, levados ao CEIVAP para compatibilizar com o Plano do CEIVAP
Grupo 2.	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer diretrizes gerais para o plano de bacia federal com a participação dos comitês de sub-bacias. • Construção dos planos estaduais. • Compatibilização dos planos estaduais que resultem no plano de bacia federal • Articular órgãos públicos federal e estaduais e seguirem os planos de bacias criando planos de investimentos afins
Grupo 3.	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação e integração • Receber sugestões ou diagnósticos locais para a revisão do plano
Grupo 4.	<ul style="list-style-type: none"> • O plano do CEIVAP deve integrar os planos das sub-bacias estaduais de acordo com a coordenação do CEIVAP, através de um grupo de trabalho instituído para este fim, tendo por base os PQAs, o plano de bacia atual e uma instituição normativa do CEIVAP para os pontos a serem incluídos.
Grupo 5.	<ul style="list-style-type: none"> • Audiências para revisão do Plano
Grupo 6.	<ul style="list-style-type: none"> • O CEIVAP deverá orientar a execução dos planos estaduais e integrá-los em um plano único para a bacia.

Em síntese as discussões centraram-se nos seguintes pontos.

- Ampliar a participação dos comitês de sub-bacias no diagnóstico, elaboração e execução dos planos de bacia. Quanto ao processo há uma indicação para que seja de baixo para cima e outra para que o CEIVAP dê as diretrizes gerais.
- Não perder de vista os diagnósticos e estudos já realizados na Bacia – PQA's, plano de bacia, plano de investimentos.

- Preparar as audiências públicas de modo que sejam efetivas. A linguagem do plano tem de ser adequada aos diferentes públicos para que possa ser entendido e discutido.
- Atentar para o prazo fixado para revisão do Plano do CEIVAP.
- Possibilitar que cada comitê de sub-bacia tenha compatibilizada a gestão de sua bacia com a bacia do Paraíba do Sul.

Foi lembrado que há uma resolução do CNRH que especifica itens, diretrizes e métodos para a elaboração e apresentação de plano de bacia, o que possibilita a compatibilização e consolidação dos planos de sub-bacias ao plano maior.

5.8. Consolidação e encaminhamentos

Encerrada a apresentação das ações pelos grupos e o debate em plenário, prosseguiu-se à identificação de propostas de encaminhamento, discussão e aprovação, abordando: O que fazer e Como fazer.

A seguir se apresentam as quatro ações aprovadas pertinentes à pergunta O que fazer.

- Definir o mapa de gestão da bacia, os limites geográficos das unidades de planejamento e gestão em cada Estado diante do recorte existente, da necessidade de integração da bacia e da capacidade de funcionamento dos organismos hoje constituídos.
- Rever o Plano de Bacia, buscando definir que revisão se deseja e qual deve ser o processo para operacionalizá-la, de modo que seja participativa e alinhada com o compromisso de integrar todos os organismos de bacia.
- Rever os regimentos do CEIVAP e dos comitês de sub-bacias quanto à representação, processo eleitoral, canais de comunicação, indicadores de eficiência e efetividade, de modo a incluir a participação de representantes institucionais das várias sub-bacias no CEIVAP, promover a integração através da comunicação, acompanhar o desempenho de cada organismo e prever mecanismos de integração.
- Propor mecanismo ou mecanismos de integração dos organismos da Bacia, como um fórum (anual ou bi-anual) ou, ainda, uma câmara técnica de articulação institucional no âmbito do CEIVAP.

Com relação à pergunta Como fazer aprovou-se e a constituição de um Grupo Provisório de Articulação Institucional incumbido de encaminhar ao CEIVAP o relatório desta Oficina, apresentar as propostas contidas no mesmo e promover sua aprovação no CEIVAP.

A seguir relação dos membros do Grupo Provisório de Articulação Institucional. No Anexo 4, listagem com indicação de telefone e mail de contato.

SIGLA DA ENTIDADE	NOME DO REPRESENTANTE	Estado
CEIVAP	Vera Lúcia Teixeira	MG/RJ/SP
CEHIPOM	A ser indicado devido a ausência	MG/RJ
CBH -PS	Jorge dos Reis	SP
PS1	Paulo Valverde	MG
PS2	Claudio Amaral	MG
PIABANHA	Paulo S. O. S. Leite	RJ
BNG2	Fátima Casarin	RJ
GT-FOZ	Alan Carlos Vargas	RJ
AMPAS	Renine César de Oliveira	RJ
GUANDU	Friedrich Hermes	RJ
DAEE	Edilson Andrade	Órgão gestor SP
IGAM	Heloise Brant	Órgão gestor MG
SERLA	Marilene Ramos	Órgão gestor RJ
DAEE	Edilson Andrade	Órgão gestor SP

Outra providência do Como Fazer foi a continuidade dos trabalhos da ANA, do CEIVAP, e dos órgãos outorgantes dos Estados e organismos de bacia para que o Primeiro Termo Aditivo ao Convênio de Integração seja firmado o quanto antes.

Síntese das ações aprovadas

<i>O QUE FAZER</i>
<ul style="list-style-type: none"> ⇒ definir mapa institucional/base territorial de gestão ⇒ revisão e integração dos planos de bacia ⇒ revisão dos regimentos internos (CBH's) ⇒ propor mecanismos de integração dos organismos de bacia
<i>COMO FAZER</i>
<ul style="list-style-type: none"> ⇒ encaminhar relatório da Oficina e propostas ao CEIVAP para serem aprovadas ⇒ criar Grupo provisório de articulação institucional com a composição de representantes de todos os organismos de bacia e dos órgãos gestores estaduais e federal ⇒ Celebrar o Termo Aditivo ao Convênio de Integração (ANA+órgãos outorgantes + CEIVAP + CBH's)

6. Avaliação

Com relação às apresentações temáticas, a avaliação geral dos participantes foi que os temas apresentados alcançaram seu objetivo de equalizar conhecimentos. Todos enfatizaram que tiveram oportunidade de conhecer aspectos novos relacionados com os temas. No entanto, para aqueles que participam do processo há mais tempo, seja no comitê das sub-bacias ou no CEIVAP, as apresentações foram muito longas e cansativas. Já, para aqueles que recém ingressaram nos

comitês e organismos de bacias as mesmas foram interessantes. Sugeriram que, em próximos encontros, fosse previsto um tempo para que cada representante de comitê apresentasse a realidade de sua região e o trabalho que está sendo feito.

A dinâmica utilizada na constituição dos grupos para discutir os temas propostos foi avaliada como boa, bem conduzida, propiciando a integração dos presentes, a troca de informações e o conhecimento de realidades locais, o que contribuiu para ampliar o conhecimento da bacia como um todo. A administração do tempo durante os trabalhos de grupos propiciou que se chegasse a um resultado.

A Oficina além de propiciar a equalização de informações deu um primeiro passo na busca de integração, sendo uma atividade que deve ocorrer com mais frequência.

Em síntese, os pontos a serem melhorados dizem respeito à ausência de alguns segmentos e autoridades na Oficina (a única sub bacia que não se representou na oficina foi o CEHIPOM); aprofundamento de alguns temas; envio prévio do material relativo às apresentações temáticas; e condução do evento pelo CEIVAP.

No Anexo 5 se encontra a transcrição das avaliações.

7. Coordenação da Oficina

7.1. Geral

Wilde Cardoso Gontijo Júnior	061 2109 5390 / 9223 0027	wilde@ana.gov.br
Rosana Garjulli	061 2109 5209	rosana@ana.gov.br

7.2. Coordenação pedagógica

Susana Arcangela Quacchia Feichas	021 2559 5733	quasar@fgv.br
-----------------------------------	---------------	--

7.3. Apoio técnico

Ivan Laerte Fett Laydner
Regina Irene Passos de Freitas

ANEXO 1 – Relação dos participantes

	NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	e-mail
1	Alan Carlos Vieira Vargas	FOZ	(22) 9984-1886	acvvargas@aol.com
2	Ana Cláudia E. A. Zamboti	PMVR (AMPAS)	(24) 3348-4419	ana.coordema@epdvr.com.br
3	Anatani Reis Soares	PS2		
4	Anderson M. Dutra	AMPAS	(24) 9994-2005	anderdutra@yahoo.com.br
5	Andréia Francomano Bevilacqua	AGEVAP		
6	Antônio Marcos Rizzeto	BNG2	(22) 2561-3300	amrizzeto@yahoo.com.br
7	Benedito Jorge dos Reis	CBH-PS	(12) 3632-0100	meioambiente@tremembe.sp.gov.br
8	Cláudia Santiago	FGV	(21) 2559-5481	csabreu@fgv.br
	Cláudio Luiz Dias Amaral	PS2	(32) 9947-1857	bacpomba@uai.com.br
10	Cláudio Pereira	ANA	(33) 3276-5477	claudio.pereira@ana.gov.br
11	Edilson P. Andrade	DAEE/CBH-PS	(12) 3632-0100	cbh-psm@uol.com.br
12	Fátima Casarin	BNG2	(22) 2522-1862	fatima@fgv.br
13	Fernando Cavalcante	BNG2	9978-1663	fcavalcante@frionline.com.br
14	Frederico Barbosa Martins	PIABANHA	(24) 9259-7640	fredericoarquiteto@uol.com.br
15	Fredrich Wilhem Herms	GUANDU	(21) 9948-6829	fredrich@uerj.br
16	Gabriel Caetano	UERJ	(21) 9763-9816	gcsilva@iprj.uerj.br
17	Hélio Vanderlei	GUANDU		
18	Heloise Brant	IGAM	(31) 2101-3323	heloise.brant@igam.mg.gov.br
19	Hélvio Braz Mattos de Noronha	SMAMA – P.M. Cantagalo	(22) 2555-5357 e (22) 8123-1435	smama@brasilvision.com.br
20	Humberto Ferreira de Oliveira	PS2	(32) 3422-3017	bacpomba@uai.com.br
21	Ivan Laydner	ANA – SAC	(61) 2109-5151	ivanl@ana.gov.br
22	João Jerônimo	AGEVAP	(24) 3355 8389	joaojeronimo@ceivap.org.br
23	José Carlos Lemgruber Porto	PIABANHA	(21) 9989-8308 e (21) 2742-1166	lemgruberporto@terra.com.br
24	José Miguel da Silva	GUANDU		?

25	Julieta Laudelina de Paiva	PIABANHA	(24) 2242-0840	paivaj@gmail.com
26	Larissa Marinho Castro	PS2	(32) 9932-5618	larissacastrom@yahoo.com.br
27	Letícia B. Baptista	AMPAS	(24) 3342-5423	cicuta.ampas@ubm.com
28	Maria Aparecida B. P. Vargas	CEIVAP	(27) 9274-3931	vargasma@terra.com.br
29	Marília Melo	IGAM	(31) 2101-3343	marilia.melo@igam.mg.gov.br
30	Marilene Ramos	SERLA	(21) 2299-4850	mramos@fgv.br
31	Nayra Cristina Garcia Ferreira	PS2	9195-3339	nayracgferreira@yahoo.com.br
32	Oscar Hugo Navia	FOZ		
33	Paula Guimarães de Souza	CBH-PS	(12) 3622-4857	paulaadv@ibest.com.br
34	Paulo César O. Moreno	CEIVAP – Águas do Paraíba	(22) 2101-4000	diretoria@aguasdoparaiba.com.br
35	Paulo Jorge Xavier de Souza	FOZ	(22) 9983-1757	paulojorge@uol.com.br
36	Paulo Sérgio Oliveira de Souza Leite	PIABANHA	(24) 9947-8779 e (24) 2246-8965	paulosl@petronline.com.br
37	Paulo Valverde	PS1	(32) 9987-1630 e (32) 3239-1204	pvalverde@cesama.com.br
38	Regina Freitas	ANA – STC	(61) 2109-5269	regina@ana.gov.br
39	Ricardo Aguiar da Silva	PS1	(32) 3429-6394	ricardoaguiar@cataguases.com.br
40	Ricardo S. Pinto Silva	PS1	(32) 3239-1245	rpinto@cesama.com.br
41	Rosana Garjulli	ANA	(61) 3224-5040	rosana@ana.gov.br
42	Rutnei Morato Erica	CBH-PS	(12) 3147-1308	camqueluz@hexato.com.br
43	Sandra Regina Araújo Costa	AGEVAP	(21) 8876-8151	racsandra@hotmail.com
44	Suzana Cláudia Monteiro de Barros	SERLA	2299-4850	suzanabarros@serla.rj.gov.br
45	Valdeci da Costa Bandeira	AMPAS	(24) 3353-2964	smmasudc_ma@realnett.com.br
46	Valéria Malta	PS1		
47	Vera Lúcia Teixeira	CEIVAP	(24) 9214-3512	veluciateixeira@yahoo.com.br
48	Vera Saboya	GUANDU	(21) 2299-4214	vsaboya@seinpe.rj.gov.br
49	Wagner Pinto	CAENF/BNG2	(22) 2525-1919	wagner.pinto@caenf.com.br
50	Wilde Cardoso Gontijo Júnior	ANA	(61) 2109-5390	wilde@ana.gov.br
51	Willians Martins Coelho	PS1		

ANEXO 2 - Transcrição das respostas à pergunta sobre o entendimento da palavra Integração

“O que você entende por integração dos organismos de bacia para a gestão dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul?”

Frase	Palavra(s)
1. É uma união de municípios para planejar, executar ações em prol do Rio Paraíba do Sul	UNIÃO
2. Ação articulada entre todos os organismos da bacia	AGREGAR
3. em branco	RESPEITAR AS DIFERENÇAS
4. Busca por interesses comuns e implementação dos mesmos. Identificação de conflitos de interesses e solucioná-los	RESOLUÇÃO DE CONFLITOS
5. Integração é o processo que permitirá ao CEIVAP orientar suas ações, respeitando as diferenças das diversas regiões.	INTEGRAR RESPEITANDO A DIVERSIDADE
6. Articulação das ações das diversas instâncias de organização, conferindo efetividade à gestão	OTIMIZAÇÃO DE ESFORÇOS
7. União de diversos segmentos que compõem o entorno do Rio Paraíba do Sul	ÁREA TOTAL
8. Juntar problemas e soluções comuns e organizá-los de comum acordo	DIALOGAR PARA RESOLVER
9. União	UNIÃO
10. em branco	PARTICIPAÇÃO, NEGOCIAÇÃO
11. É inter-relação entre os organismos	INTER-RELAÇÃO
12. O que entendo é que seria a organização dos municípios para preservar às bacias que deságuam no Rio Paraíba do Sul	PRESERVAR E SOBREVIVER
13. em branco	ESTABELECEER PRIORIDADES
14. Mecanismos, ações e grupos de trabalho que tem o objetivo de discutir e apresentar soluções pra problemas comuns	DIÁLOGO
15. Conjugação de esforços em busca do interesse comum	PARTICIPAÇÃO
16. Envolver, trabalhar em conjunto, ter um único objetivo, um foco	ENVOLVER
17. em branco	FORTALECIMENTO
18. Participação, discussão dos problemas reais, alencar prioridades, procurar soluções que melhorem o Rio e não só a população do entorno	PARTICIPAÇÃO, CONHECIMENTO
19. Somatório de visões particulares com a visão de conjunto	OBJETIVOS COMUNS
20. Reunião de idéias, experiências e objetivos em prol da melhoria da Bacia.	SOLUÇÕES
21. em branco	REUNIÃO/INTER-

	RELACIONAMENTO
22. Trabalhar junto, conhecer justo, discutir junto, desenvolver junto	CONSENSO
23. Somar os interesses, diminuir a distância, uma forma de realização conjunta e ao mesmo tempo fazer por si.	COMPARTILHAR
24. Trabalho conjunto e articulado com objetivos comuns	CONJUNTO ARTICULADO
25. em branco	INTER-RELAÇÃO, COMPARTILHAR
26. O conjunto de organismos que devem ter como foco o desenvolvimento do Sistema Bacia Hidrográfica Paraíba do Sul	SISTEMA
27. Rede integrada de dados, informações e metas compartilhadas e negociada	REDE
28. Participação ampla e integral de todos os organismos participantes	PARTICIPAÇÃO, LIBERDADE, RESPEITO
29. Unidade nos objetivos, metas e planos de ação para recuperação ambiental da bacia	UNIDADE, AÇÃO CONJUNTA
30. A união de todos os organismos de bacia para que todos os esforços possam ir em uma única direção e a disseminação dos conhecimentos	UNIÃO E ENTENDIMENTO
31. Ação local e pensamento global	ENTENDIMENTO
32. União das partes	SOLIDARIEDADE

ANEXO 3 - Transcrição das ações propostas pelos grupos

- Tema 1. A criação de comitês em todas as sub-bacias.
- Tema 2. Como integrar o CEIVAP com os comitês de sub-bacias.
- Tema 3. O plenário do CEIVAP deveria ter representação das sub-bacias? Como?
- Tema 4. O processo eleitoral do CEIVAP pode ser integrado com os demais comitês? Como fazer isto?
- Tema 5. Como integrar o plano do CEIVAP com aqueles das sub-bacias?

TEMA 1	Grupo 1.	Nada atrapalha se for respeitada a bacia como unidade de gestão. <ul style="list-style-type: none"> • Rever critérios das áreas dos comitês. • Descentralizar, para facilitar a identificação de problemas locais. • Mobilização local. • Legítima a gestão
TEMA 2	Grupo 1.	<ul style="list-style-type: none"> • Participação dos comitês de sub-bacias nas Câmaras Técnicas – CEIVAP • Fórum Permanente. Garantir a participação no CEIVAP
TEMA 3	Grupo 1.	<ul style="list-style-type: none"> • Os comitês devem se organizar, se articular para fazerem parte das Câmaras Técnicas e Plenária • Integração do regimento interno CEIVAP com os regimentos dos comitês.
TEMA 4	Grupo 1.	Não houve consenso. <ul style="list-style-type: none"> • Sim, pode ser feito • Sim, mas não é o momento (diversidade dos processos)
TEMA 5	Grupo 1.	<ul style="list-style-type: none"> • Os comitês de sub-bacias fariam planos aprovados, levados ao CEIVAP para compatibilizar com o Plano do CEIVAP
TEMA 1	Grupo 2.	<ul style="list-style-type: none"> • Fazer com que o fórum CEIVAP seja representativo do somatório dos fóruns dos comitês estaduais • Delimitar competências entre os comitês federais e os estaduais da bacia. • Equacionar os conflitos de competências existentes entre os comitês federais. • Operacionalização do fluxo de informações. • Estrutura mínima e sustentação política institucional para criação dos comitês.
TEMA 2	Grupo 2.	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar eventos de discussão dando espaço para experiências locais • Reestruturar a Câmara Técnica, incorporando o tema de articulação institucional com representação dos organismos estaduais • Participação dos membros das sub-bacias nas Câmaras Técnicas e no Plenário do CEIVAP.
TEMA 3	Grupo 2.	<ul style="list-style-type: none"> • As vagas do CEIVAP deverão ser preenchidas <u>preferencialmente</u> por membros dos comitês estaduais
TEMA 4	Grupo 2.	<ul style="list-style-type: none"> • Buscar a representação concomitante da entidade nos comitês estaduais e federal

TEMA 5	Grupo 2.	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer diretrizes gerais para o plano de bacia federal com a participação dos comitês de sub-bacias. • Construção dos planos estaduais. • Compatibilização dos planos estaduais que resultem no plano de bacia federal • Articular órgãos públicos federal e estaduais e seguirem os planos de bacias criando planos de investimentos afins
TEMA 1	Grupo 3.	<ul style="list-style-type: none"> • Criar um canal de comunicação para conhecer os diagnósticos locais
TEMA 2	Grupo 3.	<ul style="list-style-type: none"> • Criar um fomentador que incentive a articulação • Criação de um Fórum Permanente de Integração do CEIVAP/sub-bacias.
TEMA 3	Grupo 3.	<ul style="list-style-type: none"> • Os comitês de sub-bacia elegeriam representante que teria acento no CEIVAP
TEMA 4	Grupo 3.	<ul style="list-style-type: none"> • Busca a integração para que no futuro eles sejam próximos.
TEMA 5	Grupo 3.	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação e integração • Receber sugestões ou diagnósticos locais para a revisão do plano
TEMA 1	Grupo 4.	<ul style="list-style-type: none"> • Dividir a sub-bacias evitando a sobreposição das áreas de atuação. • Integração dos entes de bacia e o CEIVAP
TEMA 2	Grupo 4.	<ul style="list-style-type: none"> • Instituir uma comissão de integração permanente com objetivo de padronizar • Assumir o papel integrador dos diversos organismos institucionalizados na bacia, em detrimento da posição de instância federal superior. • Procedimentos de troca de informações.
TEMA 3	Grupo 4.	<ul style="list-style-type: none"> • Representação de cada comitê de sub-bacia porém o voto será único por Estado • Reconsiderar a participação dos Estados, Municípios, Usuários e Sociedade Civil pela representação das sub-bacias, em igual número por Estado e eliminando a duplicidade de representação.
TEMA 4	Grupo 4.	<ul style="list-style-type: none"> • Dúvida quanto a compatibilizar ou não os calendários.
TEMA 5	Grupo 4.	<ul style="list-style-type: none"> • O plano do CEIVAP deve integrar os planos das sub-bacias estaduais de acordo com a coordenação do CEIVAP, através de um grupo de trabalho instituído para este fim, tendo por base os PQAs, o plano de bacia atual e uma instituição normativa do CEIVAP para os pontos a serem incluídos.
TEMA 1	Grupo 5.	<ul style="list-style-type: none"> • Traçar objetivos comuns para a recuperação do Paraíba do Sul.
TEMA 2	Grupo 5.	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de uma Câmara Técnica de Articulação Institucional • Fórum Anual • Participação nas Câmaras Técnicas do CEIVAP • Integrar por meio do Plano
TEMA 3	Grupo 5.	<ul style="list-style-type: none"> • O plenário deverá ter representantes dos organismos de bacia.
TEMA 4	Grupo 5.	<ul style="list-style-type: none"> • Durante um fórum de comitês de sub-bacias haveria a indicação dos representantes do Estado no CEIVAP.
TEMA 5	Grupo 5.	<ul style="list-style-type: none"> • Audiências para revisão do Plano
TEMA 1	Grupo 6.	<ul style="list-style-type: none"> • Integração dos órgãos gestores com o CEIVAP minimizando os interesses políticos e não perdendo a bacia como unidade de gestão. • Criar uma operacionalização do fluxo de informações dos comitês.

TEMA 2	Grupo 6.	<ul style="list-style-type: none">• Assumir o papel de integrador dos diversos organismos institucionais na bacia, em detrimento da posição de instância superior• Criar uma Câmara Técnica de Articulação, sendo que os membros serão dos CBH's estaduais.
TEMA 3	Grupo 6.	<ul style="list-style-type: none">• Sim. Através de uma representação por Estado definida pelos CBH's estaduais
TEMA 4	Grupo 6.	<ul style="list-style-type: none">• Não nesse momento, precisa-se amadurecer mais.
TEMA 5	Grupo 6.	<ul style="list-style-type: none">• O CEIVAP deverá orientar a execução dos planos estaduais e integrá-los em um plano único para a bacia.

ANEXO 4 - Relação dos membros do Grupo Provisório de Articulação Institucional

DAEE: Edilson Andrade (12) 3632-0100 cbb-psm@uol.com.br

CBHPS: Jorge dos Reis (12) 3632-0100 meioambiente@tremembe.sp.gov.br

IGAM: Heloise Brant (31) 2101-3323 heloise.brant@igam.mg.gov.br

PS1: Paulo Valverde (32) 9987-1630 e (32) 3239-1204 pvalverde@cesama.com.br

PS2: Claudio Amaral (32) 9947-1857 bacpomba@uai.com.br

SERLA: Marilene Ramos (21) 2299-4850 mramos@fgv.br

PIABANHA: Paulo S. O. S. Leite (24) 9947-8779 / 2246-8965 paulos@petronline.com.br

BNG2: Fátima Casarin (22) 2522-1862 fatima@fgv.br

GT-FOZ: Alan Carlos Vargas (22) 9984-1886 acvargas@aol.com.br

AMPAS: Renine César de Oliveira ampas.cicuta@ubm.br

GUANDU: Friedrich Hermes (21) 9948-6829 fredrich@uerj.br

CEHIPOM: a ser indicado

CEIVAP: Vera Lúcia Teixeira (24) 9214-3512 veluciateixeira@yahoo.com.br

ANA: Wilde Cardoso Gontijo Júnior (61) 2109-5390 wilde@ana.gov.br

ANEXO 5 - Transcrição da avaliação da Oficina feita pelos participantes

Indicação de pontos positivos e pontos a serem melhorados.

Pontos positivos:

1. Organização do evento. Participação com interesse de integrar
2. O real interesse de todos em promover a integração
3. Oportunidade de todos falarem. Síntese dos debates num determinado tempo. Troca de experiências. Conhecimento de pessoas e entidades.
4. Foi um primeiro passo para a busca a integração entre os diversos entes de bacia e o Ceivap, onde foi manifestada a vontade de todos desta integração
5. Processo de integração. Conhecimento das ações de toda a bacia
6. Integração
7. Trabalho foi produtivo. Iniciou-se o processo de integração com os organismos estaduais. Metodologia facilitou o trabalho. Bom resultado.
8. Integração. Troca de experiências e a busca coletiva de solução para um problema comum.
9. Conseguir aglutinar opiniões, inicialmente, diversos em torno de uma solução construída a partir da diversidade.
10. Importante a presença de tantas pessoas. Convergência em vários pontos do tema discutido. Avanços no entendimento de que é preciso evoluir e adequar pontos foi estabelecido.
11. Integração, reavaliação da atuação do CEIVAP, fortalecimento das sub-bacias. Definição das áreas de atuação dos comitês.
12. Reflexão conjunta. Reconhecimento das divergências. Concentração de esforços. Mapeamento da situação atual das sub-bacias. Metodologia dos grupos.
13. Mais integração entre todos. Foi bem objetiva. Teve diretriz.
14. Troca de informações muito interessante. Eficiência. Objetividade. Riqueza de pontos de vista.
15. Maior integração com os representantes dos diversos órgãos gestores de recursos hídricos e a perspectiva do aprimoramento dos mecanismos de gestão integrada.
16. Conhecer as pessoas, especialmente, as que têm mais experiência no processo. Receber informações sobre o processo de gestão que ampliou minha visão. Metodologia boa.
17. Integração entre os membros e organismos da bacia hidrográfica. Organização da oficina. Nivelamento das informações.
18. Nivelamento da informação. Integração das sub-bacias. Organização e condução dos trabalhos. Dinâmicas bem elaboradas.
19. Primeiro passo na integração dos organismos de bacias. Boa metodologia para conduzir as reflexões.
20. Contato com representantes dos organismos de bacia que compõem a estrutura da bacia do Rio Paraíba do Sul. Construção de metodologias e objetivos comuns.
21. Integração. Mobilização. Esclarecimentos.
22. permitiu uma maior integração dos representantes. Cumprimento dos horários. Dedicção, atenção dos organizadores. Parabéns!.
23. Gerar participação de todos possibilitou conhecer melhor os mecanismos de bacias bem como seus atores. Deixar claro onde estão ocorrendo as falhas do Ceivap e propor como podem ser feitas as soluções.
24. Discussão clara. Identificação dos conflitos. Identificação das fraquezas. Possibilidade de integração. Objetivos comuns. Boa metodologia.
25. Discussão com bom nível de participação. Ambiente fraterno. Clareza de objetivos.
26. Integração, ponderação, avaliação, direcionamento e metodologia.

27. Oportunidade de troca de informações sobre a situação atual de cada sub-bacia. TROCA DE EXPERIÊNCIA.

Pontos a melhorar:

1. Acomodação nas salas de trabalho
2. Comunicação de todos os órgãos
3. Mais capacidade de ouvir de outras pessoas
4. Alguns temas não foram discutidos e aprofundados, como por exemplo, o tema do dia 26 pela manhã. Entendo ser importante a discussão profunda dos mecanismos legais para embasar as discussões de como integrar. Aprofundas nas ações.
5. Muito corrido, alguns temas foram apenas lançados não analisados. A dinâmica muito repetitiva, poderia ter sido mais dinâmica
6. Disponibilização de material de forma digital. Legislação, mapas, planos de bacias.
7. Participação mais efetiva do Ceivap, no processo de condução do evento. Ter mais espaço para as discussões informais (bate-papo). Programação muito carregada. Documentação prévia não chegou a tempo. O volume e complexidade dos assuntos tratados mereceriam um tempo maior para serem trabalhados.
8. participação durante toda a oficina, ou seja, evitar que as pessoas saiam antes do final da oficina.
9. Correu-se muito envolta do “próprio rabo”. Discutiui-se muita “filigrana”.
10. Dificuldade de definição de objetivos. Falta da avaliação prévia dos assuntos discutidos.
11. Indicação dos representantes do Ceivap. Participação equilibrada dos três segmentos (poder público, usuários e sociedade civil)
12. Que na próxima tenha a participação de pessoas que tem poder de decisão como prefeitos e secretários.
13. Entendimento prévio da metodologia. Material pecou pela apresentação.
14. Capacitar melhor os atores para a difusão dos objetivos e ações dos órgãos gestores.
15. Ter mais tempo para poder usufruir a estadia em conjunto (sauna, sala de jogos etc.)
16. Dar seqüência ao trabalho realizado uma nova oficina.
17. Dar continuidade nos trabalhos promovendo novas oficinas.
18. Manter esse canal aberto. Poderia ter aberto um espaço mais definido na situação de cada comitê, ou seja, que cada representante dos comitês constituídos pudessem apresentar as situações dos mesmos.
19. em branco
20. em branco
21. Participação das pessoas envolvidas no processo (autoridades, prefeitos, secretários) representantes de empresa, poder de decisão de pessoas importantes no processo.
22. As questões polêmicas foram tangenciadas e não discutidas. Não houve uma participação efetiva de todo o Ceivap ponto que seria fundamental pois promoveria a real solução dos problemas já existentes de representatividade e representação.
23. em branco
24. passou despercebido o tema da capacitação/treinamento como fator de integração.
25. Descentralização tanto dos estados, CEIVAP, ANA com relação à criação de comitê nacional de sub-bacia.
26. Poderia haver um maior número de vagas por organismo de bacia.

Registro sintético da fala de alguns participantes com relação à avaliação da Oficina

Pontos positivos:

- Dinâmica de formação dos grupos de trabalho que permitiu que todos falassem e se conhecessem.
- Iniciativa boa da ANA. Trabalho muito bom.
- Concentração de esforços para pensar e conhecer a realidade dos outros.
- Experiência enriquecedora.
- Poder de síntese.
- Cresci com o entendimento da bacia.

Pontos a melhorar:

- Um segundo dia de trabalho, força as pessoas a saírem mais cedo. Diminuir o tempo das apresentações do primeiro dia.
- Maior equilíbrio na oficina com a representação de todos os segmentos.

Outros comentários:

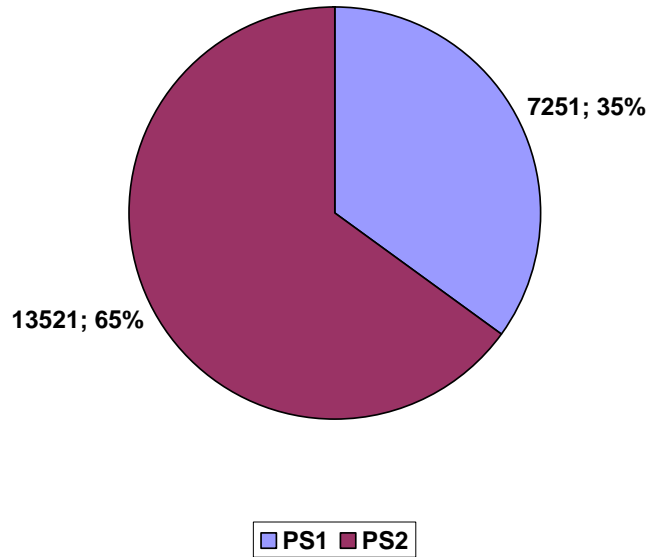
- Agradecer a possibilidade de participação do Comitê Guandu na Oficina.
- Necessidade de capacitação na bacia. Formação de massa crítica e quadros técnicos com atuação nos comitês para não haver necessidade de buscar quadros técnicos de fora..
- Capacitação permanente de técnicos.
- A cada atividade de capacitação prever formas para que se multiplique.
- Ter espaço na oficina para que cada representante apresente a realidade de sua bacia

ANEXO 6 - Caracterização das Regiões Hidrográficas

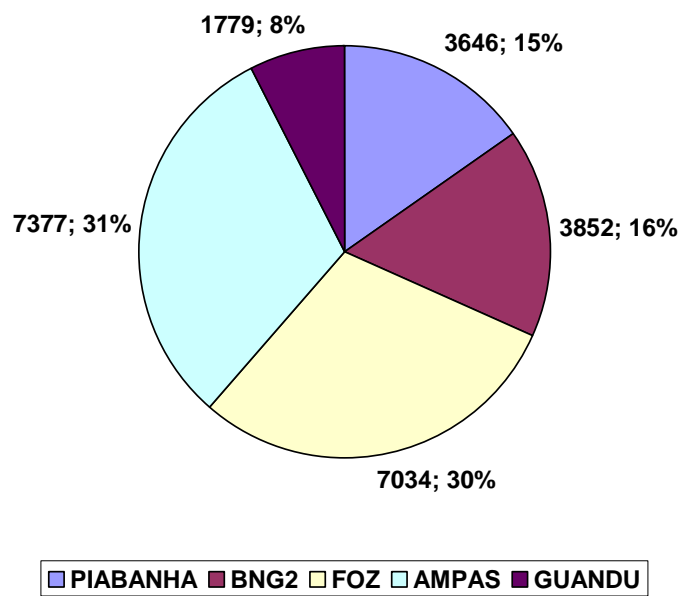
REGIÃO	ÁREA ¹		POP 2002 ²		Nº DE MUN ¹	PIB 2002 ² BILHÕES R\$	PIB PER CAPITA ² R\$	USO URBANO ¹		USO INDUSTRIAL ¹		USO RURAL ¹	
	KM2	%	1.000 HAB	%				M3/S	%	M3/S	%	M3/S	%
PS1	7251	34,9%	620	40,1%	29	4	6.451	1,638	54,5%	1,148	48,7%	0,429	12,5%
PS2	13521	65,1%	927	59,9%	60	4,1	4.508	1,37	45,5%	1,21	51,3%	3,01	87,5%
MINAS	20772	100,0%	1547	100,0%	89	8,1	5.236	3,008	100,0%	2,358	100,0%	3,439	100,0%
PIABANHA	3646	15,4%	550	18,8%	9	4,5	8.205	1,125	2,0%	1,235	2,9%	2,43	28,4%
BNG2	3852	16,3%	305	10,4%	11	3,6	11.818	0,77	1,4%	1,008	2,3%	1,346	15,7%
FOZ	7034	29,7%	811	27,8%	18	16,3	20.156	0,835	1,5%	0,359	0,8%	3,694	43,2%
AMPAS	7377	31,1%	984	33,7%	18	14	14.263	2,991	5,3%	2,415	5,6%	0,938	11,0%
GUANDU	1779	7,5%	271	9,3%	4	1,5	5682	50,95	89,9%	38,198	88,4%	0,144	1,7%
RJ	23688	100,0%	2921	100,0%	60	39,9	13.660	56,67	100,0%	43,215	100,0%	8,552	100,0%
CBHPS	13984	100,0%	3.733	100,0%	39	39	10.447	5,538	100,0%	6,729	100,0%	4,171	100,0%
SP	13.984	100,0%	3.733	100,0%	39	39	10.447	5,538	100,0%	6,729	100,0%	4,171	100,0%
CEIVAP	56.665		7.930	96,7%	184	86	10.782	14,27		14,104		16,02	
PS + GUANDU	58.444		8.201	100,0%	188	87	10.608	65,22		52,302		16,16	

FONTE: 1 - ANA/SPR
2 - IBGE

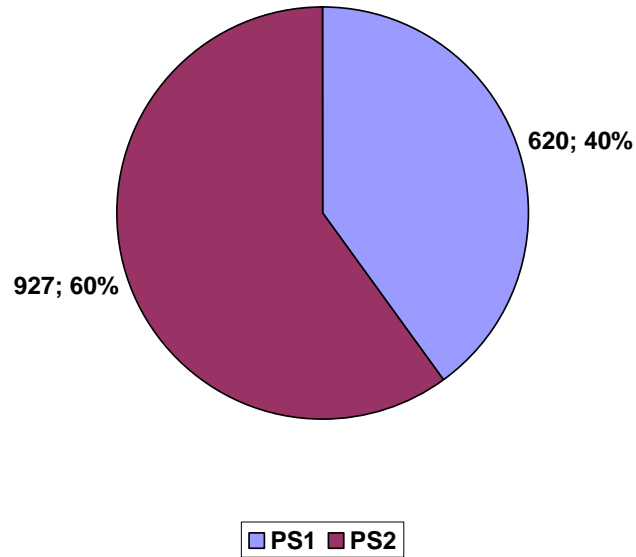
ÁREA
Minas Gerais



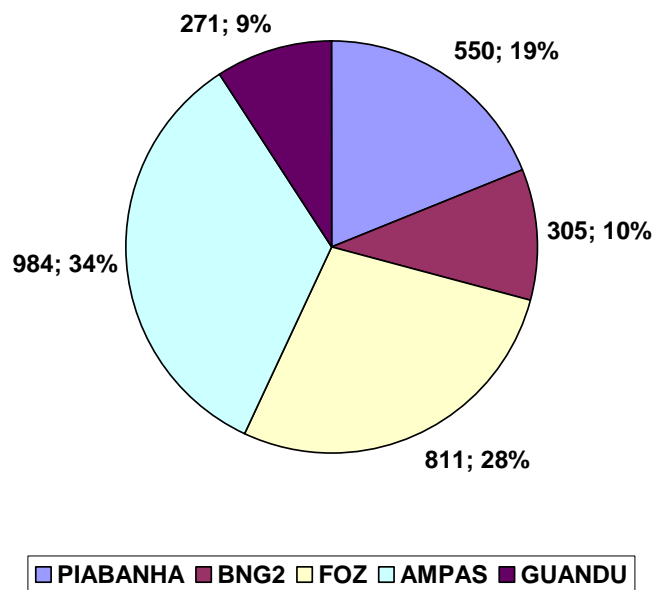
ÁREA
Rio de Janeiro



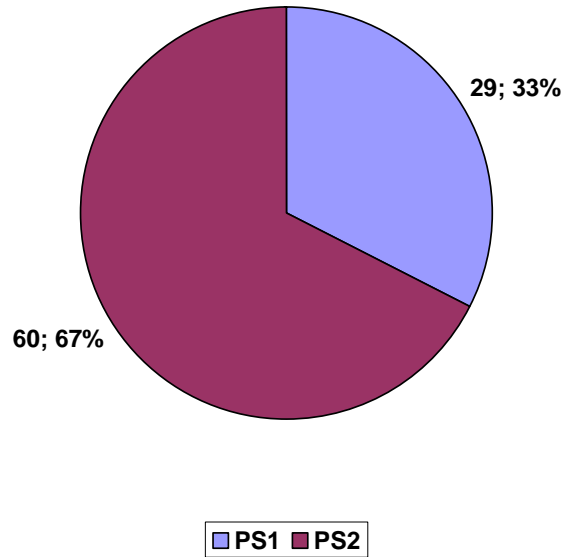
POPULAÇÃO 2002
Minas Gerais



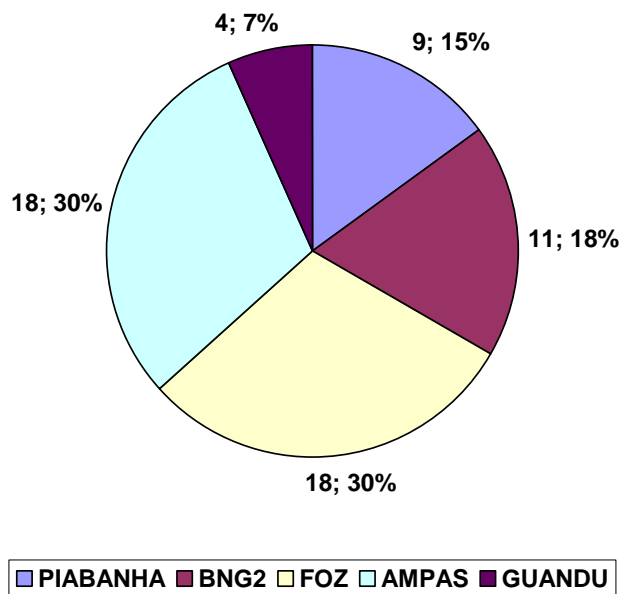
POPULAÇÃO 2002
Rio de Janeiro



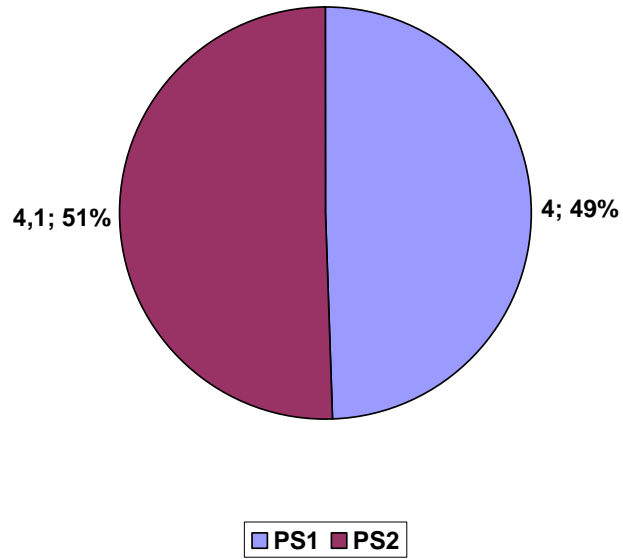
NÚMERO DE MUNICÍPIOS
Minas Gerais



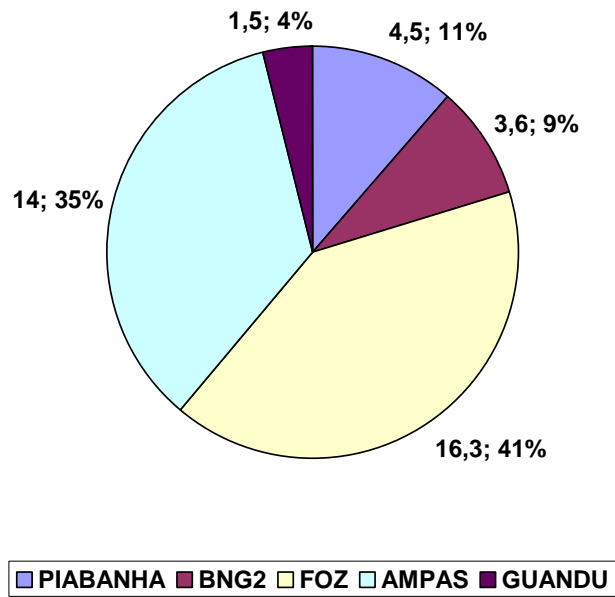
NÚMERO DE MUNICÍPIOS
Rio de Janeiro



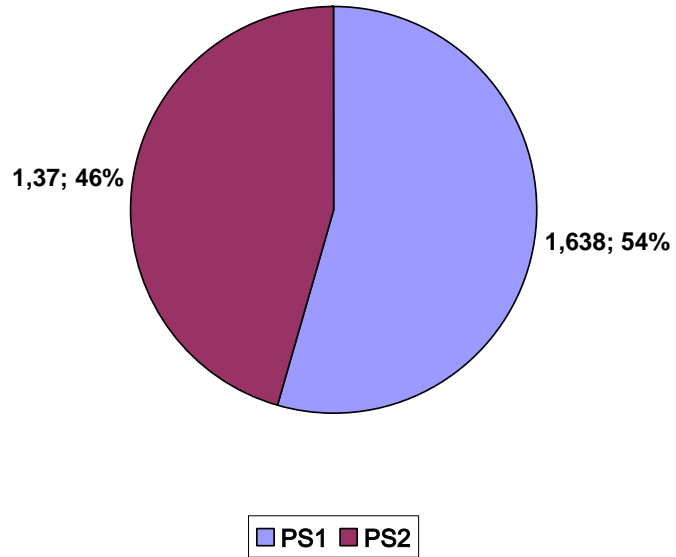
**PIB 2002
Minas Gerais**



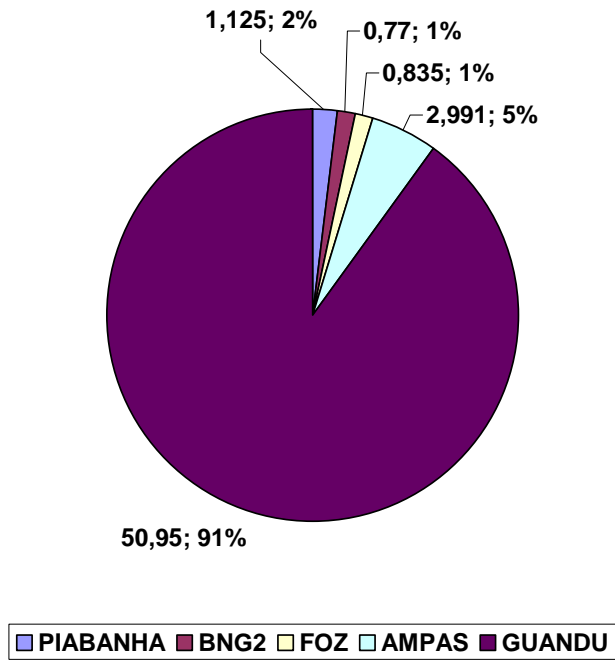
**PIB 2002
Rio de Janeiro**



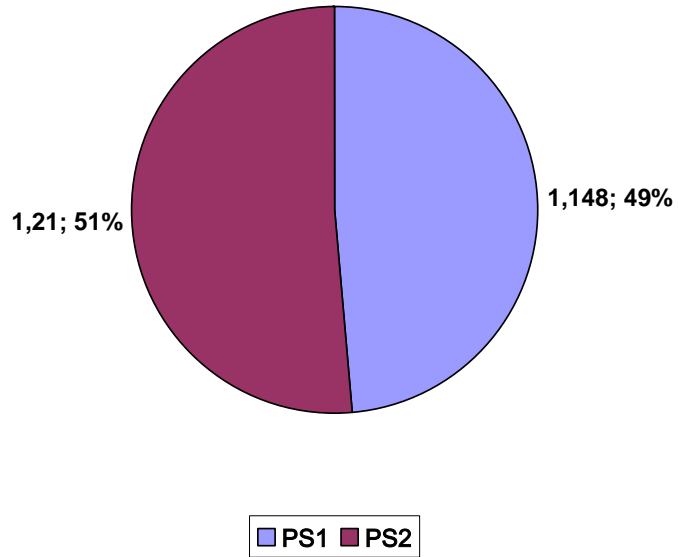
USO URBANO
Minas Gerais



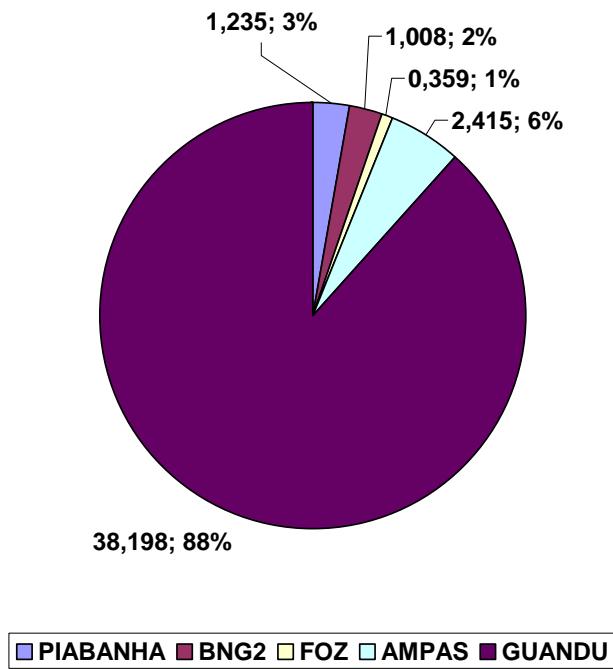
USO URBANO
Rio de Janeiro



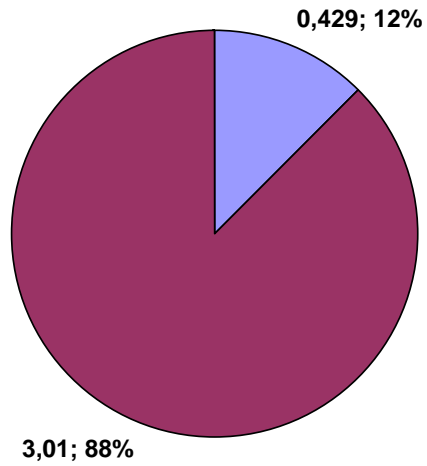
USO INDUSTRIAL
Minas Gerais



USO INDUSTRIAL
Rio de Janeiro



USO RURAL
Minas Gerais



USO RURAL
Rio de Janeiro

